



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 297, DE 2010

(nº 630/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Os méritos da Senhora Leda Lucia Martins Camargo que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma linha decorativa curva que se estende para a direita, cruzando a data.

EM No 00451 MRE

Brasília, 20 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO

CPF.: 011.556.520-53

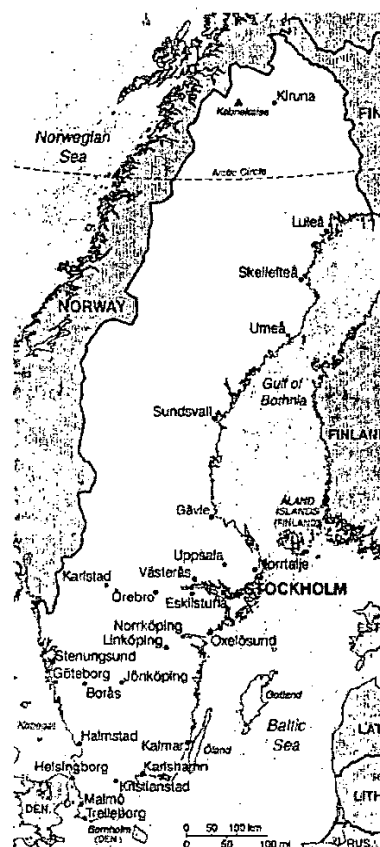
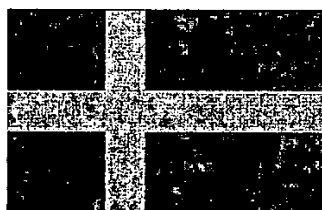
ID.: 6545 MRE

- 1946 Filha de Emani Saldanha de Camargo e Leda Adelina Martins Camargo, nasce em 5 de março, em Porto Alegre/RS
- 1969 Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- 1970 Direito Internacional Público e Privado, nível pós-graduação, Academia de Direito Internacional de Haia
- 1971 Faculdade de Economia e Administração de Empresas, Porto Alegre/RS, Professora Assistente de Direito Constitucional
- 1972 Pós-graduação, Diplôme d'Etudes Supérieures de Droit Publique, Universidade de Paris/FR
- 1972 Pós-graduação em Política Internacional e América Latina pelo Instituto de Altos Estudos Latino-Americanos, Universidade de Paris/FR
- 1973 Pós-graduação em Sociologia do Poder Político e Idéias Políticas Contemporâneas pelo Institut des Sciences Politiques, Paris/FR
- 1976 CPDC - IRBr
- 1977 Terceira Secretária em 17 de outubro
- 1977 Secretária de Imprensa do Gabinete, assistente
- 1979 Embaixada em Nova Delhi, Terceira Secretária em missão transitória
- 1979 Segunda-Secretária em 12 de dezembro
- 1980 Embaixada em Washington, Segunda Secretária
- 1983 Embaixada em Buenos Aires, Segunda e Primeira Secretária
- 1985 Primeira Secretária, por merecimento, em 24 de dezembro
- 1987 Divisão Econômica Latino-Americana, Subchefe
- 1988 V Conferência Regional da CEPAL sobre Integração da Mulher, Guatemala, Chefe de delegação
- 1989 Divisão de Cooperação Intelectual, Chefe
- 1989 Ordem de Mayo al Mérito, Argentina, Oficial
- 1990 Conselheira, por merecimento, em 19 de dezembro
- 1991 Embaixada em Roma, Conselheira
- 1991 Ordem ao Mérito da República Italiana, Comendador
- 1995 Consulado-Geral em Santiago, Cônsul-Geral Adjunta
- 1997 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior, Chefe de Gabinete
- 1997 Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de junho
- 1998 Ordem ao Mérito das Forças Armadas, Brasil, Comendador
- 2000 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministra-Conselheira
- 2000 Reuniões de Negociação do Acordo Birregional Mercosul-União Européia, Chefe de delegação
- 2004 Embaixada em Maputo, Embaixadora
- 2004 Ministra de Primeira Classe em 21 de dezembro
- 2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2008 Embaixada em Praga, Embaixadora


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUMÁRIO EXECUTIVO



ÍNDICE

I. DADOS BÁSICOS.....	3
II. PERFIS BIOGRÁFICOS.....	4
REI CARLOS XVI GUSTAVO DA SUÉCIA	4
RAINHA SILVIA DA SUÉCIA.....	5
FREDRIK REINFELDT.....	6
CARL BILDt	7
III. RELAÇÕES BILATERAIS.....	8
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	8
CONSELHO DE NEGÓCIOS BRASIL-SUÉCIA	9
ENERGIA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COOPERAÇÃO TRILATERAL.....	9
BIODIVERSIDADE.....	11
AÇÃO CONJUNTA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	12
IV. POLÍTICA INTERNA.....	13
V. POLÍTICA EXTERNA	14
AMÉRICA DO SUL.....	15
NOVA ESTRUTURA DA UE/PRESIDÊNCIAS ROTATIVAS.....	15
REFORMA DAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS (FMI, BANCO MUNDIAL)	17
REFORMA DO CSNU.....	17
SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO: CONFLITO ISRAEL-PALESTINA	18
PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO.....	18
OPERAÇÕES DE PAZ E COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ (CCP)	18
CRISE FINANCEIRA (PÓS-PITTSBURGH) – G20F	19
RODADA DOHA	20
MUDANÇA DO CLIMA: AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DE CÚPULA DE COPENHAGUE	20
DESARMAMENTO E NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA	20
METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (MDM)	21
VI. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	23
VII. ANEXOS	24
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	24
CRONOLOGIA HISTÓRICA	25
ATOS BILATERAIS EM VIGOR.....	26
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	27

I. DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Suécia
CAPITAL	Estocolmo
ÁREA	449.964 km2
POPULAÇÃO	9,3 milhões
ETNIAS	Suecos, finlandeses e minorias sami
IDIOMAS	Sueco (e minorias de idioma finlandês e sami)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Luteranos (83%); muçulmanos (2,2%); católicos (1,8%); outros (13%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentar
CHEFE DE ESTADO	Rei Carlos XVI Gustavo, desde set/1973 (casado com a Rainha Silvia, filha de mãe brasileira e pai alemão).
CHEFE DE GOVERNO	PM Fredrik Reinfeldt, desde out/06
MNE	Carl Bildt
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Annika Markovic
EMBAIXADOR EM ESTOCOLMO	Antonino Mena Gonçalves
PIB (est. 2009)	US\$ 387,0 bilhões
PIB PPP (est. 2009)	US\$ 326,0 bilhões
PIB “per capita” (est. 2009)	US\$ 42,8 mil
PIB “per capita” PPP (est. 2009)	US\$ 35,3 mil
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa sueca

COMERCIO BILATERAL (US\$ MILHÕES FOB)

BRASIL-SUECIA	2002	2003	2004	2005	2006
Intercâmbio	758,9	938,5	1.323,2	1.460,7	1.447,7
Exportações	183,8	297,0	503,6	547,6	497,0
Importações	575,2	641,5	819,6	913,1	950,7
Saldo	-391,4	-344,4	-316,0	-365,5	-453,7

Fonte: MDIC

BRASIL-SUECIA	2007	2008	2009	2010 (jan-jun)
Intercâmbio	1.983,8	2.286,6	1.419,0	1.145,5
Exportações	634,4	624,5	312,8	172,0
Importações	1.349,4	1.662,0	1.106,2	973,4
Saldo	-715,0	-1.037,5	-793,3	-801,4

Fonte: MDIC

II. PERFIS BIOGRÁFICOS



Rei Carlos XVI Gustavo da Suécia

Detentor de atribuições representativas e simbólicas inscritas na Constituição da Suécia de 1975, o Rei Carlos XVI Gustavo nasceu em 30 de abril de 1946. O monarca sueco tem grande interesse por questões relativas ao comércio exterior, agricultura, tecnologia, conservação da natureza e meio ambiente. Preside, desde 1988, o Conselho do ramo sueco da ONG “Fundo Mundial para a Natureza” (World Wide Fund for Nature - WWF). Cultiva interesse também por automóveis, arte, música e gastronomia. Após tornar-se Oficial da Marinha, em 1968, o então Príncipe Herdeiro obteve formação acadêmica em ciências humanas e economia nas Universidades de Uppsala e Estocolmo. Adquiriu experiência internacional ao servir na Missão Permanente da Suécia na ONU, em Nova York, bem como ao trabalhar para a Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA), no continente africano. Esteve também em Londres – onde trabalhou no Hambro’s Bank, na Embaixada da Suécia e na Câmara de Comércio Sueco-Britânica – e em Nevers (França), onde estagiou na empresa sueca Alfa-Laval. Com o falecimento de seu avô, Gustavo VI Adolfo, Carlos Gustavo subiu ao trono em 15 de setembro de 1973, com 27 anos de idade, com o nome de Carlos XVI Gustavo. Casou-se em 1976 com Silvia Renate (de Toledo) Sommerlath, filha de pai alemão e mãe brasileira. O casal tem três filhos: Princesa Herdeira Victória, Príncipe Carlos Filipe e Princesa Madeleine). Em 1998, o Rei Carlos XVI Gustavo liderou a missão tecnológica da Academia Real de Engenharia ao Brasil.



Rainha Silvia da Suécia

A Rainha Silvia nasceu em Heidelberg (Alemanha), em 23 de dezembro de 1943. Filha do empresário alemão Walther Sommerlath e de sua esposa brasileira, Alice de Toledo Sommerlath – ambos já falecidos – Silvia Renate tem dois irmãos mais velhos: Ralf e Walther Sommerlath, residentes na Alemanha. O terceiro irmão, Jörg Sommerlath, trabalhou como contratado local no Setor de Promoção Comercial da Embaixada do Brasil em Berlim até seu falecimento, em 2006. Entre os 3 e os 13 anos, Silvia Renate foi educada em São Paulo, durante o período em que sua família residiu no Brasil. De 1965 a 1969 estudou na Escola de Intérpretes de Munique, especializando-se em espanhol. Além de português fluente, fala sueco, alemão, espanhol, inglês e francês. Entre 1971 e 1973, foi instrutora de intérpretes junto ao Comitê organizador das Olimpíadas de Munique; durante os Jogos, conheceu o então Príncipe Herdeiro da Suécia, com quem casou-se em 19 de junho de 1976. Muito atuante na área dos direitos da criança, a Rainha Silvia preside a “World Childhood Foundation” (Fundação Mundial da Infância), organização não-governamental que fundou em 1999, com o objetivo de promover melhores condições de vida para as crianças e de combater a exploração sexual de menores. A WCF desenvolve projetos em 15 países e tem escritórios no Brasil, na Alemanha e nos EUA, além da Suécia. Assim como o Rei Carlos XVI Gustavo, a Rainha Silvia é membra da Igreja Luterana da Suécia. Ela esteve no Brasil pela última vez em novembro de 2008, quando participou de evento organizado pela Fundação Mundial da Infância, e no final de 2009, juntamente com o Rei Carlos XVI Gustavo, para rápida visita de caráter privado.



Fredrik Reinfeldt
Primeiro-Ministro da Suécia

Fredrik Reinfeldt nasceu em Estocolmo, em 4 de agosto de 1965. É Bacharel em Economia e Administração de Empresas, pela Universidade de Estocolmo (1990). É Membro do Parlamento desde 1991. Entre 1995 e 1997, foi Presidente da Democratic Youth Community of Europe. A partir de 1997, foi Presidente do YEPP/Youth of the European People's Party, tendo ocupado essa posição até 1999. Entre 1995 e 2002, foi Membro do diretório do Partido Moderado. Entre 2001 e 2002, foi Representante Alterno no Comitê sobre Assuntos da UE do Parlamento, período no qual também foi Presidente do Comitê de Justiça do Parlamento. A partir de 2001, até 2003, foi Vice-presidente do Comitê de Finanças do Parlamento. Entre 2003 e 2006, foi Membro do Conselho Consultivo sobre Relações Exteriores do Parlamento. A partir de 2003, ocupa as posições de Presidente do Comitê Executivo do grupo do Partido Moderado no Parlamento e de Líder do Partido Moderado. Ascendeu a Primeiro-Ministro da Suécia em 2006. É casado e tem três filhos.



Carl Bildt

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia

Carl Bildt nasceu em 15 de julho de 1949, descendente de tradicional família sueca, com raízes na antiga nobreza escandinava. Levou o Partido Moderado, que passou a liderar em 1986, à vitória contra os social-democratas em 1991, havendo sido eleito Primeiro-Ministro na ocasião. Com a volta dos social-democratas ao Governo, em 1994, Bildt passou a dedicar-se ao esforço internacional para terminar a Guerra nos Bálcãs. Foi Representante Especial da União Européia na ex-Iugoslávia (1995), Co-Presidente das Negociações de Paz de Dayton (1995-1997), Alto Representante da Comunidade Internacional na Bósnia e Herzegovina para a Reconstrução e a Implementação do Processo de Paz (1996-1997) e Enviado Especial do SGONU nos Bálcãs (1999-2001). Posteriormente, passou a dedicar-se à vida académica, ocupou posições de alto nível no setor privado, até voltar ao Governo da Suécia em 2006, como Chanceler. Carl Bildt é casado e tem três filhos.

III. RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Suécia concentravam-se, no passado, majoritariamente, no campo econômico. A partir da visita de Estado do Presidente Lula da Silva, em setembro de 2007, bem como de sua visita a Estocolmo em outubro de 2009, tem-se verificado, no entanto, renovado interesse em atribuir mais fluidez ao diálogo político. As constantes visitas de alto nível, assim como a vinda do Casal Real sueco ao Brasil, em março último, atestam o intuito dos dois países de reforçar a cooperação bilateral. O Plano de Ação da Parceria Estratégica, assinado na visita do Sr. PR, compreende o fortalecimento do diálogo político e da cooperação nas áreas econômico-comercial, bioenergia, defesa, meio ambiente, ciência e tecnologia, inovação, educação e cultura.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial Brasil-Suécia aumentou 144% entre 2003 e 2008. Em 2009, contudo, o fluxo comercial bilateral caiu 38% em relação ao valor verificado em 2008, em consequência dos efeitos da crise financeira internacional (as exportações brasileiras caíram 50%, e as importações diminuíram 33%). O comércio bilateral é tradicionalmente deficitário para o Brasil.

As importações de produtos suecos representaram 0,96 % (US\$ 1,66 bi) do total importado pelo Brasil em 2008, e 0,87% (US\$ 1,1 bi) em 2009. A tendência histórica deficitária para o lado brasileiro é devida, em grande parte, à maciça presença de filiais de mais de duzentas empresas suecas no Brasil, que importam grandes volumes de suas respectivas matrizes.

Existem oportunidades no mercado sueco para produtos brasileiros nos seguintes setores: moveleiro, moda/têxteis, calçados/couro, flores e frutas, saúde e turismo. Por ocasião da visita do Casal Real sueco, em março último, foi lançado o Conselho de Negócios Brasil-Suécia, a fim de multiplicar os contatos entre empresários e promover o incremento das trocas comerciais.

Entre os principais produtos exportados pelo Brasil em 2009, destacam-se o café em grão (29,2%) e minérios de cobre e seus concentrados (16,7%). O Brasil importa, sobretudo, máquinas e equipamentos mecânicos (38,7%); veículos, automóveis e tratores (11,1%); e máquinas e aparelhos elétricos (9,8%).

Os investimentos suecos no Brasil são significativos. Alguns tiveram início há quase um século. Sua real magnitude nem sempre é refletida pelas estatísticas atualmente disponíveis. Segundo dados do BACEN, a Suécia é o 11º maior investidor no Brasil (US\$ 52,5 milhões em 2008, o que significou queda de 9% em relação a 2007, mas aumento de 72% em relação a 2006). De janeiro a abril de 2009, os investimentos suecos já tinham totalizado US\$ 99,44 milhões, segundo o BACEN (último dado disponível). De acordo com dados obtidos junto ao Instituto Nacional de Estatísticas sueco, o fluxo de investimentos suecos no Brasil entre janeiro e setembro de 2009 totalizou US\$ 351 milhões.

Os principais grupos empresariais da Suécia estão presentes no Brasil. De fato, são cerca de 200 as empresas suecas hoje instaladas no país, entre as quais

Volvo, Ericsson, Scania, Electrolux, ABB, Tetrapak, Facit, SKF, Sweda, Atlas Copco, Swedish Match, Alfa Laval, Stora Enso, SAS e Sandvik. Estima-se que as empresas suecas empreguem aproximadamente 50 mil pessoas em todo o Brasil.

Em 2008, as obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações e o setor de fabricação de compressores representaram 78% dos investimentos suecos. Nos primeiros meses de 2009, cerca de 90% dos investimentos foram destinados ao setor de transporte rodoviário de carga e atividades relacionadas à sua organização.

Em março de 2006, na presença da Princesa Herdeira Victoria, foi aberto escritório do Conselho de Exportação da Suécia em São Paulo, visando a consolidar e ampliar o fluxo de comércio e investimentos entre a Suécia e o Brasil. A Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, fundada em São Paulo (1953), tem um representante em Estocolmo desde outubro de 2006.

Conselho de Negócios Brasil-Suécia

Por ocasião da visita do Senhor Presidente da República a Estocolmo, em outubro de 2009, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e seu homólogo sueco assinaram Memorando de Entendimento para a criação de um Conselho de Negócios Brasil-Suécia. Formado por entidades públicas e privadas, o Conselho consiste em foro de discussão sobre temas de interesse comum no campo econômico-comercial. Entre os principais objetivos do Conselho, de acordo com o Termo de Referência assinado em Estocolmo, destacam-se iniciativas para promover o comércio, a indústria e os investimentos, em prol do crescimento econômico; para favorecer a competitividade, por meio da inovação e do empreendedorismo; para promover parcerias para que sejam criadas soluções no domínio da educação e do desenvolvimento da força de trabalho; e para promover o intercâmbio de tecnologia em áreas estratégicas.

Vislumbrando as relações bilaterais Brasil-Suécia de forma mais abrangente, o Conselho de Negócios Brasil-Suécia parece atestar não somente o incremento do intercâmbio comercial, que triplicou entre 2003 e 2008, mas também a fluidez e o dinamismo do relacionamento político bilateral.

Energia: desenvolvimento sustentável e cooperação trilateral

A Suécia segue como o principal parceiro do Brasil na promoção do uso dos biocombustíveis no âmbito da UE, além de ser o maior consumidor de etanol brasileiro na Europa.

A Suécia defende o uso de biocombustíveis por razões ambientais e para reduzir a dependência em relação ao petróleo. Como a produção local é reduzida e pouco competitiva, a Suécia hoje importa dos vizinhos comunitários e do Brasil a maior parte do etanol que consome (o etanol brasileiro está chegando à Suécia pela Holanda, sendo contabilizado pela SECEX no intercâmbio Brasil-P. Baixos). Ao Governo sueco, não parecem interessar subsídios à produção local do chamado etanol “de primeira geração”, sendo dada preferência aos investimentos em pesquisa para o desenvolvimento do produto “de segunda geração”, ainda não

disponível comercialmente. Nesse sentido, a Suécia tem defendido a remoção da tarifa aduaneira comunitária incidente sobre o produto brasileiro. Em fevereiro de 2008, a Suécia logrou obter “waiver” da CE, válido por um ano, permitindo a mistura do etanol à gasolina e sua internalização com classificação alfandegária de produto químico, sobre o qual incide tarifa de apenas 6,5% “ad valorem”. No início de 2009, a CE acatou o pedido sueco para a renovação do “waiver” por mais um ano. Os procedimentos necessários para estender o “waiver” por mais um ano (até 01/04/2011) já foram iniciados pelo governo sueco junto à DG-TAXUD, que deverá votar sobre a matéria nas próximas semanas.

O Governo sueco introduziu a mistura de 5% de etanol à gasolina em 2001 e, desde aquele ano, vem promovendo o uso do E85 em veículos flex-fuel – até mesmo mediante incentivos financeiros, como redução fiscal, desconto de 10 mil coroas suecas (cerca de US\$ 1,5 mil) na compra de automóvel flex novo e isenção de taxas de estacionamento e de circulação no centro de Estocolmo. Em geral, a população respalda o uso do biocombustível, assim como as montadoras locais, que produzem automóveis flex-fuel (Volvo e Saab) e ônibus movidos a etanol (Scania). Apenas no primeiro semestre de 2009, 166,6 mil veículos flex-fuel foram vendidos no país. Aproximadamente 650 ônibus movidos a etanol circulam por Estocolmo.

O Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, foi firmado em 11 de setembro de 2007, por ocasião de visita do Presidente Lula a Estocolmo, e entrou em vigor em 6 de abril de 2009. O instrumento estabeleceu o marco legal que balizará as ações entre Brasil e Suécia nessa importante vertente do relacionamento bilateral. Mediante a instituição de Grupo de Trabalho (GT) de alto nível - do qual participam, pelo Brasil, o MRE, o MME, o MCT, o MAPA e o MDIC, admitindo-se a possibilidade de convite a representantes do setor privado, acadêmico e de organizações não-governamentais, conforme apropriado -, os dois países deverão promover o diálogo sobre política energética e encorajar a cooperação em pesquisa e desenvolvimento na área da bioenergia.

A I reunião do GT – realizada em Estocolmo, em 16 de setembro de 2009 – evidenciou a convergência dos dois países na área de bioenergia e propiciou troca de informações sobre as possibilidades de cooperação em terceiros países; sobre a questão da sustentabilidade dos biocombustíveis; e sobre os mecanismos de promoção do crescimento das energias renováveis na matriz energética global. A II reunião poderia, em princípio, ser realizada no primeiro semestre de 2011.

Ainda no âmbito da cooperação estabelecida pelo Memorando de Entendimento, o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, visitou oficialmente a Suécia em novembro de 2009, acompanhado de delegação integrada por especialistas nos mais diversos aspectos da produção e uso de biocombustíveis no Brasil, bem como por representantes dos setores público e privado, da academia e dos trabalhadores. A delegação brasileira organizou, durante o evento internacional “World Bioenergy - Clean Vehicles & Fuels 2009”, sessão dedicada à experiência brasileira na área de biocombustíveis e à experiência de grandes atores privados

suecos no mercado brasileiro, contribuindo para o objetivo brasileiro de esclarecer a comunidade internacional sobre as oportunidades e desafios relacionados a essa fonte renovável de energia.

A visita do Ministro Lobão reforçou o interesse de ambas as partes em fortalecer os laços na área de energia, especialmente dos biocombustíveis. Além de conhecer de perto o programa de transporte público “limpo” implementado em Estocolmo (os ônibus da Scania movidos a etanol que circulam pela capital), o Ministro Lobão teve a oportunidade de discutir, entre outros temas, as perspectivas de cooperação bilateral em pesquisas sobre etanol de celulose e de outras matrizes (nas quais a Suécia se encontra bastante adiantada), bem como de cooperação trilateral para produção de etanol em países africanos.

Biodiversidade

A Suécia confere particular importância à preservação da biodiversidade, entendendo-a como um dos pilares essenciais no combate ao aquecimento global.

O Ministro sueco do Meio Ambiente, Andreas Carlgren, promoveu, durante a presidência sueca da UE, discussões visando a especificar o valor dos ecossistemas para a economia, ao mesmo tempo em que apelou às indústrias, sobretudo nas áreas florestal, agrícola e pesqueira, para que elas próprias estabelecessem objetivos claros para a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. As conclusões dessas discussões fundamentaram a posição comunitária na Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Biodiversidade, que teve lugar em Nova Iorque no fim de setembro de 2010, e na X reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que deverá ser realizada em outubro de 2010, em Berlim.

O Brasil conta com o apoio da Suécia nas negociações do regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos (ABS, do inglês “Access and Benefit Sharing”). A negociação do regime internacional de ABS representa, para o Brasil e para os demais países em desenvolvimento, o principal processo político em curso no âmbito da CDB. O Brasil entende que o arcabouço conceitual construído ao longo dos treze primeiros anos da Convenção fornece base satisfatória para a formulação de políticas e para o planejamento de ações de promoção dos dois primeiros objetivos da Convenção (conservação e uso sustentável da biodiversidade). A consecução do terceiro objetivo (acesso e repartição) depende da criação de condições políticas para adoção do regime internacional de ABS, que tem enfrentado a resistência de países desenvolvidos como Canadá, Austrália, Japão e países europeus - onde se localizam as principais empresas farmacêuticas e de biotecnologia.

Ação Conjunta em Ciência, Tecnologia e Inovação

Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Inovadora

Durante a última visita do Presidente Lula à Suécia, em outubro de 2009, dois novos instrumentos legais foram adotados, ambos essenciais à cooperação bilateral no setor de alta tecnologia: (i) o Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Suécia, cujo amplo escopo de atividades contempla o aprofundamento de pesquisas e projetos conjuntos relativos à C&T e à inovação, e (ii) o Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo Brasil-Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984), que entrou em vigor em dezembro de 2009 e prevê o desenvolvimento de ações para estímulo à inovação e ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, visando ao aumento da sua competitividade e permitindo-lhes chegar a um novo patamar tecnológico em seus processos de produção e prestação de serviços. Ao abrigo do referido Protocolo, multiplicam-se os contatos entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial-ABDI e a VINNOVA, sua contraparte sueca, coordenados por Comitê de Trabalho cujo objetivo consiste em identificar áreas prioritárias de cooperação, além de apoiar projetos bilaterais no setor.

A concertação na área tecnológica já começa a gerar frutos concretos, como o projeto conjunto entre a Vale Soluções em Energia-VSE e a Scania para a adaptação, no Brasil, de motores de grande porte ao uso de etanol, sem a necessidade de aditivo de ignição (utilizado nos ônibus que circulam por Estocolmo, por exemplo), a fim de possibilitar o uso, em larga escala, do biocombustível em meios de transporte público e de carga no Brasil. Experiência realizada no Forte de Copacabana, em maio/09, por ocasião da candidatura do Brasil à sede dos Jogos Olímpicos de 2016 (quando o Forte foi inteiramente suprido por motores pesados à base de etanol de cana durante três dias), demonstrou a viabilidade da nova tecnologia.

Outra iniciativa bilateral em andamento diz respeito às ações no âmbito do Projeto de Apoio à Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas Brasileiras (PAIIPME), resultado de acordo assinado entre o Brasil e a Comissão Européia, em 2005, e que tem por objetivo a internacionalização das PME brasileiras em áreas estratégicas – no caso da Suécia, o setor aeroespacial. Missão-piloto de técnicos brasileiros visitou o país em setembro de 2009 e colheu informações acerca das melhores práticas e competências para exportação de equipamentos aeroespaciais para o mercado sueco.

IV. POLÍTICA INTERNA

Em linhas gerais, o cenário político sueco apresenta perfil ideológico definido entre socialistas e conservadores. Com o fim da Guerra Fria, no entanto, o dualismo ideológico perdeu o vigor.

O bloco conservador sagrou-se vencedor nas duas últimas eleições, em setembro de 2006 e de 2010, após longo predomínio do Partido Social Democrata, que contribuiu para a criação do modelo sueco de “welfare state” (desde 1945, a maioria dos governos foi social-democrata – com interregnos apenas em 1976-1982 e 1991-1994).

O Primeiro-Ministro é Fredrik Reinfeldt, desde 5 de outubro de 2006, eleito pelo *Moderaterna* (Partido dos Moderados). O Governo atual – da “Aliança” – resulta de uma coligação deste partido com o *Folkpartiet* (Partido Popular), o *Centerpartiet* (Partido do Centro) e os *Kristdemokraterna* (Democratas Cristãos). De 2006 a 2010, o país contou, por primeira vez em 25 anos, governo majoritário (maioria de 7 cadeiras no Parlamento, que é unicameral). Nas eleições de setembro de 2010, a Aliança obteve 173 (49,57%) das 349 cadeiras do Parlamento, ou seja, pouco menos que a maioria absoluta, enquanto que a coligação *De rödgröna* (Verde-Vermelha), liderada pelo Partido Social Democrata, ganhou 156 cadeiras (44,69%). Em quase cem anos, é a primeira vez, na Suécia, que um governo de centro-direita é reeleito depois de ter cumprido um mandato inteiro.

A despeito de diferenças ideológicas pontuais, a tradição sueca pelo consenso leva os partidos a cooperarem em áreas substantivas e a buscarem solução negociada para garantir a governabilidade e a estabilidade. Há sete partidos com representação no Parlamento.

V. POLÍTICA EXTERNA

Em contexto europeu historicamente dividido por conflitos entre potências, a Suécia buscou pautar sua segurança na neutralidade armada em períodos de guerra e no não-alinhamento em tempos de paz. A neutralidade não só protegeu a Suécia, como lhe proporcionou algumas vantagens, sejam econômicas, sejam políticas: finda a II Guerra Mundial, o país tornou-se próspero; e, no curso da Guerra Fria, obteve certa autonomia para manifestar-se sobre questões internacionais.

Ocupando posição geográfica periférica na Europa, com reduzida população e dependente de importações de energia, a Suécia não tem “excedente de poder”. Como “global trader”, seu interesse concreto consiste em garantir acesso a mercados e investimentos. A Suécia é, basicamente, uma potência média que almeja projetar-se na arena global mediante ações como: ativismo na ONU; participação em operações de paz internacionais; projeção como doador de ajuda ao desenvolvimento; lançamento de iniciativas sobre questões internacionais, mormente ligadas à paz, à democracia e aos direitos humanos. Sua projeção global rende dividendos políticos imediatos e, indiretamente, econômicos e comerciais (a cooperação para o desenvolvimento é veículo eficaz desses interesses).

Esse ativismo não logrou, porém, compensar o rebaixamento de seu perfil internacional no pós-Guerra Fria. A Suécia perdeu importância estratégica como área de contenção da expansão soviética no Báltico, e sua margem de posicionamento independente encolheu. O processo de retraimento acentuou-se na medida em que a Suécia aceitou a “inevitabilidade” de sua adesão (1995) à UE - onde sua influência é reduzida - e de um relacionamento mais pragmático com os EUA. O atual Governo da “Aliança” não só compartilha a visão do anterior Governo Social-Democrata de que “a Europa precisa dos EUA e os EUA precisam da Europa”, como deseja contribuir ativamente para o reforço da aliança atlântica.

Os eixos prioritários da política externa sueca podem ser sintetizados da seguinte forma: a “dimensão nórdico-báltica” (área de influência prioritária); a UE (a contribuição sueca em relação ao PNB só é menor que a alemã); os EUA (apesar de divergências pontuais, a relação bilateral está solidamente ancorada nos valores democráticos, na relação econômico-comercial e na cooperação em todas as áreas); e a Rússia (rival histórico, mas visto como essencial à estabilidade da Europa). A Ásia (sobretudo China e Índia) desponta como novo foco de interesse por suas oportunidades econômico-comerciais. Embora não esteja cogitando ingressar na OTAN, a Suécia aumentou sua cooperação com a Organização – tendo aceitado participar da *International Security Assistance Force* no Afeganistão.

Em 2010, a Chancelaria sueca iniciou processo de reestruturação, no âmbito do qual foram fechadas, por exemplo, as Embaixadas em Bratislava e Liubliana. O processo contempla, ainda, elevação ao “status” de Embaixadas dos atuais escritórios de representação em Pristina, Tbilissi, Chisinau, Tirana, Bamako, Uagadugu, Monróvia, Kigali, La Paz e Phnom Penh (em todos esses países, a Suécia está presente com programas de ajuda ao desenvolvimento).

Temas regionais

América do Sul

A América do Sul tem baixa prioridade para a política exterior da Suécia, que mantém poucas embaixadas na região. Apenas Brasil e Chile merecem destaque relativamente maior. Bolívia e Colômbia são os dois únicos países da região que contam com programas de cooperação a cargo da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento (SIDA).

A Suécia tem grande interesse na conclusão do acordo de associação Mercosul-UE, tendo sido um dos principais proponentes durante o exercício da Presidência da UE em 2001, e manifesta-se disposta a contribuir para o avanço das negociações inter-regionais. Seus interesses econômicos e comerciais na América Latina concentram-se principalmente no Brasil, no Chile e no México.

Na análise feita ao fim da presidência sueca da UE/2009 com relação à América Latina, o principal foco foi a Cúpula Brasil-UE, em outubro/09, sobretudo no tocante ao reforço da parceria estratégica e à cooperação mais ampla no G20F e nos temas ambientais.

Segundo fontes suecas, a ajuda governamental da Suécia ao Haiti teria atingido valor aproximado de US\$ 28,5 milhões. Adicionalmente, mais de US\$ 7 milhões já foram obtidos a título de doações privadas, no contexto de campanha lançada pela Cruz Vermelha e a Igreja da Suécia. Técnicos suecos também foram enviados a Porto Príncipe. A ênfase da ajuda sueca tem sido nas áreas de saúde, água, abrigos temporários e comunicações. O Governo sueco ponderou que a ajuda internacional deve ser objeto de estreita coordenação, para assegurar que os esforços tenham êxito real.

Nova estrutura da UE/Presidências rotativas

A conclusão da ratificação do Tratado de Lisboa pelos países comunitários era a terceira grande prioridade da presidência sueca da UE em 2009, logo em seguida aos desafios da crise econômica global e à questão da mudança climática. O Governo sueco acompanhou com atenção o plebiscito irlandês e gestionou diligentemente junto ao Presidente tcheco para que finalizasse o processo de adesão de seu país ao Tratado, cuja entrada em vigor, em 1º de Dezembro de 2009, foi considerada uma das principais realizações da presidência sueca.

O Governo sueco considera que sua presidência marcou o “fim de uma era” na construção europeia, bem como a criação de uma estrutura mais funcional e que permitirá à UE firmar-se, além de importante bloco econômico, também como ator global de grande relevância. Nesse processo, viu com bons olhos o fortalecimento dos órgãos representativos dos cidadãos comunitários (o Conselho e o Parlamento), ao mesmo tempo em que contribuiu para a recondução à Presidência da Comissão Europeia de José Manuel Durão Barroso, cuja experiência nas funções pareceu-lhe conveniente a fim de conferir à Comissão a estabilidade necessária para apoiar o processo de transição. Ao finalizar seu período na condução do Conselho Europeu, a Suécia apresentou à Comissão relatório que foi posteriormente adotado pelo Conselho como base para a criação do futuro Serviço Europeu para a Ação Externa.

A par de sua postura tradicionalmente “europeísta”, conveniente a uma potência média no concerto continental, a Suécia impulsionou, durante sua presidência, o processo de adesão dos países candidatos: Croácia (após resolução do diferendo limítrofe com a Eslovênia), Islândia, Turquia (apesar da resistência da Alemanha e da França), Albânia, Montenegro e Sérvia (os dois últimos, juntamente com a Antiga República Iugoslava da Macedônia, foram isentos de vistos para entrada de seus cidadãos no território comunitário). Ao mesmo tempo, iniciou-se entendimento com a Bósnia para estreitamento de seus laços com a UE.

Temas multilaterais

Reforma das instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial)

Assim como o Brasil, a Suécia também se mostra favorável à reforma do Fundo Monetário Internacional, que, a seu ver, fará com que a instituição se torne mais eficiente, reforce sua legitimidade e prossiga em seu papel de suporte da estabilidade financeira global.

Em seu relatório de outubro de 2009 ao FMI, o Ministro das Finanças, Andreas Borg, opinou que a reforma daquele órgão, para que seja produtiva, deve contemplar quotas, voz, mandato e questões de governança. Para esse fim, propôs os seguintes pontos: 1) todos os elementos da reforma devem ser apreciados conjunta e simultaneamente; 2) a reforma deve basear-se em critérios objetivos de natureza econômica e financeira, e não em critérios políticos; 3) é imperativo existir igualdade de tratamento entre todos os seus membros; 4) o Fundo deve continuar a ser uma instituição fundada em quotas; e 5) o processo de reforma deve ser plenamente estendido a todos os órgãos do Fundo e envolver a totalidade dos países membros.

O Governo sueco apóia igualmente reforma do Banco Mundial, sobretudo no sentido de tornar mais técnica, e menos sujeita a injunções políticas, aquela agência financiadora.

Reforma do CSNU

Um dos traços definidores da política externa da Suécia é o multilateralismo e a valorização da ONU (da qual tornou-se Membro em 1946). O legado político de Dag Hammarskjöld (SGNU de 1953 a 1961) é cultivado como inspiração permanente da diplomacia sueca. Na formulação de Hammarskjöld (1960), o propósito da ONU não é servir os interesses das grandes potências, mas proteger os países de menor poder relativo, através da afirmação da primazia do direito internacional. O caráter idealista da atuação sueca na ONU é constantemente sublinhado pela Chancelaria: a Suécia tem sido promotora, e às vezes pioneira, em temas como a abolição do *apartheid*, desarmamento, proteção ambiental, abolição da pena de morte, direitos da criança, direitos da mulher, adoção da Convenção contra a Tortura e proscrição de minas anti-pessoais.

A Suécia exerceu três mandatos como membro não permanente do CSNU: 1957-58, 1975-76 e 1997-98. O último mandato coincidiu com mandato do Brasil, e a ocasião serviu para o estreitamento do diálogo e da cooperação bilateral nos assuntos do Conselho. Em relação ao tamanho de sua população e economia, a Suécia é um dos grandes contribuintes tanto no que se refere ao orçamento regular da ONU (US\$ 26 milhões em 2009, ou 1% do total) quanto no que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento (cerca de US\$ 4,8 bilhões em 2009, o que representa mais de 1% do PIB sueco).

A Suécia é favorável ao alargamento do Conselho de Segurança da ONU e tem expressado que está aberta a várias abordagens possíveis para se obter

o acordo mais amplo possível sobre o tema. Considera essencial essa reforma para se conferir maior legitimidade ao órgão.

Situação no Oriente Médio: conflito Israel-Palestina

Na presidência do Conselho de Negócios Estrangeiros da UE, em dezembro/09, Carl Bildt mostrou-se insatisfeito com a falta de progresso no processo de paz do Oriente Médio e instou as partes litigantes a retomarem as negociações visando a criação de dois Estados na região.

Tradicionalmente, a posição sueca nessa questão tem apoiado o estabelecimento de um Estado palestino consistindo da Cisjordânia e Gaza, com total liberdade de movimento entre ambas as partes, que reconheça e conviva pacificamente com o Estado de Israel. A Suécia condenou fortemente o bombardeio de Gaza em 2008-09, assim como o lançamento de foguetes contra Israel, e opõe-se ao isolamento internacional daquela Faixa, à política israelense de assentamentos e à construção de barreira de separação entre os dois territórios. O governo sueco salienta que a pacificação da região também proporcionará maior segurança à região contígua às fronteiras meridional e oriental da UE.

Na condição de principal doador ao Governo palestino, a UE deveria, na visão do governo sueco, ter um papel mais ativo no âmbito do Quarteto, e atuar conjuntamente com os EUA no acompanhamento das negociações entre Israel e o governo palestino.

Programa nuclear iraniano

A Suécia defende que todos os Estados, nos termos do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, têm direito ao desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos. A própria Suécia mantém em atividade 10 reatores nucleares, que produzem cerca de 45% da eletricidade consumida no país. A Suécia favorece, porém, as medidas de controle previstas no TNP, como meio de se evitar uma corrida armamentista. Nesse sentido, tem acompanhado com atenção a evolução do programa nuclear iraniano e apoiado, desde a Resolução 1696, a suspensão das atividades de enriquecimento de combustível nuclear e o controle da exportação ao Irã de produtos que possam facilitar o avanço dos programas nuclear e balístico daquele país.

No âmbito da UE, a Suécia vem implementando as sanções contidas nas Resoluções pertinentes das Nações Unidas. O governo sueco, que defende uma solução político-diplomática para a questão iraniana, considera que o Irã deve aceitar a oferta de cooperação feita pela UE, EUA, Rússia e China no campo energético, inclusive nuclear, e atender às determinações da Junta de Governadores da AIEA.

Operações de Paz e Comissão de Construção da Paz (CCP)

O Governo sueco procura destacar a credibilidade do país como promotor da solução pacífica e negociada de conflitos e o valor da contribuição política, financeira e de “capital humano” que faz à ONU. Dag Hammarskjöld implementou

e desenvolveu a idéia das operações de paz, e a participação em missões internacionais tornou-se um dos pilares da política externa sueca.

A Suécia tem em alta conta a CCP, havendo sido uma das promotoras da idéia quando de sua criação durante a Cúpula Mundial de 2005. O Governo sueco considera que a Comissão cristalizou um consenso crescente quanto à necessidade de uma abordagem integral para se enfrentarem os desafios de países egressos de conflitos armados, promovendo sua reconstrução e contribuindo para evitar nova ruptura institucional. Nesse sentido, a Suécia é um dos maiores doadores ao Fundo de Construção da Paz então criado e é também membro do Comitê Organizacional da referida Comissão.

Nas décadas de 70 e 80, havia aproximadamente 2 mil membros nos efetivos suecos em operações de paz, reduzidos a partir de então a menos de metade desse montante. O atual Governo pretende aumentá-los, até restabelecer os números anteriores. O Ministério da Defesa afirma que o importante não é a quantidade de soldados enviados e sim o “diferencial aportado pela participação sueca”. A Suécia liderou iniciativa junto a 14 países (“Challenges Project: Meeting the Challenges of Peace Operations: Cooperation and Coordination”) que resultou em relatório, divulgado em 2006, contendo 70 recomendações para aperfeiçoamento das operações de paz.

Crise financeira (pós-Pittsburgh) – G20F

O ano de 2010 deverá ser o ano da consolidação do G20F. Em 2010, excepcionalmente, ocorrem duas Cúpulas do Grupo – a primeira, no Canadá (Toronto, em junho) e a segunda na Coreia do Sul. Em 2011, a França organizará a Cúpula.

Durante a Cúpula de Pittsburgh, em setembro/09, a Suécia – então ocupando a Presidência do Conselho da UE e representada, na ocasião, pelo PM Fredrik Reinfeldt e pelo Ministro das Finanças Anders Borg – defendeu que os problemas advindos dos riscos das crescentes taxas de desemprego e do funcionamento do sistema financeiro deveriam ser resolvidos de forma conjunta. Em relação à ajuda aos bancos decorrente da crise financeira, Reinfeldt afirmou: “Nossa resposta foi clara em Pittsburgh. Nós não queremos apoiar nossos bancos com dinheiro dos contribuintes, mas como essas instituições exercem papel central no nosso sistema econômico, em certa medida temos de ajudá-las”. Para tanto, assinalou ser fundamental atingir maior transparência e regulação eficaz dos mercados financeiros, a fim de que o sistema internacional não mais fosse colocado em risco. Acrescentou, ainda, que seria necessário estabelecer regras mais estritas de adequação de capital de modo a aumentar os fluxos de crédito.

A Suécia também se posicionou contra a concessão de bônus excessivos pelos bancos (segundo Reinfeldt, “podemos tentar chegar a um acordo sobre os bônus, mas não devemos premiar a ganância”).

A Suécia não é membro do G20F, mas tem, juntamente com outros países nórdicos, pleiteado que seja incluído um assento de representação escandinava nesse foro.

Rodada Doha

Com uma economia altamente vinculada ao comércio exterior – e sem preocupação protecionista em relação à agricultura –, a Suécia tem visível interesse na liberalização do comércio internacional e no progresso da Rodada Doha.

A Ministra do Comércio, Ewa Björling, declarou que os esforços para um novo acordo eram frustrantemente lentos; disse considerar, no entanto, que passos importantes foram dados em 2009, os quais poderiam eventualmente resultar em novo consenso. Acrescentou que seu Governo tudo faria para contribuir para o avanço desse processo. Björling comentou que era auspicioso o fato de que o comércio internacional resistira quase incólume à crise financeira internacional, sem desembocar na mesma onda de protecionismo e isolacionismo sobrevinda durante a crise dos anos 30. Para a Ministra, apesar de grande número de países ter introduzido novas barreiras ao comércio, sua repercussão foi bastante limitada, atingindo menos de 1% do comércio internacional.

Mudança do clima: avaliação da Reunião de Cúpula de Copenhague

O Governo sueco mostrou-se decepcionado com os resultados da 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima/UNFCCC (Copenhague, dezembro/09), que atribuiu, sobretudo, à falta de esforços dos dois maiores países emissores de gases de efeito estufa: EUA, pela falta de consenso interno sobre o tema, e China, por não dispor ainda de meios de controle do seu processo de industrialização, de matriz altamente poluente. Ao manifestar-se oficialmente a respeito do evento, o Governo sueco lembrou igualmente as dificuldades dos países insulares e mais pobres, que, apesar de muitas vezes mais afetados, não têm tido voz nessa complexa negociação.

A Suécia defendeu a importância de um maior engajamento dos grandes países emergentes no esforço global de mitigação e adaptação. Estocolmo considera que as iniciativas sobre o tema devem dar-se primordialmente no âmbito da ONU, sem descartar ações complementares à margem das Nações Unidas.

No contexto comunitário, o Governo sueco defende patamares ambiciosos de redução dos gases poluentes. No entendimento sueco, a Europa deve manter seu papel de “modelo” para o mundo nessa matéria, estimulando os demais países a elevar suas próprias metas de redução.

Desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa

Em 2009, o tema desarmamento nuclear recebeu novo impulso, gerado, dentre outros fatores, pela determinação do governo Obama de encampá-lo de forma qualitativamente superior àquela conferida pelas administrações anteriores.

Brasil e Suécia, como membros da Coalizão da Nova Agenda (NAC, da sigla em inglês), defendem que o desarmamento passa não apenas pela redução numérica dos arsenais nucleares, mas também por uma revisão abrangente do papel das armas nucleares no mundo contemporâneo, que redunde na “deslegitimação” (de-legitimizing) dos armamentos atômicos. Deve-se promover

uma reavaliação da centralidade das armas atômicas nas doutrinas militares dos países nuclearmente armados e das alianças político-militares que se colocam sob o “guarda-chuva” dessas potências. É necessário um compromisso inequívoco, juridicamente vinculante, com o não-uso e a não-ameaça de uso de armas nucleares contra Estados que não as detenham.

A Suécia tem defendido um efetivo desarmamento nuclear e medidas eficazes para prevenir a proliferação das armas de destruição em massa. A Suécia tem papel ativo nas atividades do Código de Conduta da Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos.

Em 2003, por iniciativa da então Ministra dos Negócios Estrangeiros Anna Lindh, o Governo sueco formou a Comissão Internacional Independente de Armas de Destruição em Massa, da qual é o principal financiador. A comissão é Presidida pelo diplomata e político sueco Hans Blix, ex-Diretor-Geral da AIEA, e conta com 14 estados membros (inclusive o Brasil, representado pelo Embaixador Marcos de Azambuja). Em 2006, a Comissão apresentou à ONU uma série de propostas para extinção de armas nucleares, biológicas e químicas. O relatório foi aprovado pelos 14 membros da comissão.

Em 1º de fevereiro/2010, o Chanceler Carl Bildt e seu colega polonês Radek Sikorski publicaram artigo conjunto no qual defenderam a redução drástica dos arsenais nucleares em poder dos EUA e da Rússia. O texto preconizou, como objetivo final, a eliminação completa das armas nucleares, a começar pelas de caráter tático. O artigo celebrou a perspectiva de novo acordo entre EUA e Rússia para a redução de armas nucleares estratégicas, mas apontou igualmente a necessidade de diminuir drasticamente a quantidade de armas táticas, cuja maior concentração de estoques se encontra hoje na Europa. Os Ministros reconheceram que já foi possível uma queda substancial no número de ogivas táticas norte-americanas e russas, mas calcularam que os números atuais, estimados em 2 mil (Rússia) e 500 (EUA), ainda são elevados. Ponderaram que os dois países deveriam engajar-se em um esforço de redução dessas armas na Europa e fizeram menção específica à presença de ogivas russas em áreas adjacentes à UE, em Kaliningrado e Kola. Os Ministros defenderam que as armas nucleares táticas fossem objeto do mesmo regime de controle há muito estabelecido para as de caráter estratégico. Na sua percepção, a capacidade de dissuasão contra os chamados "rogue countries" poderia perfeitamente ser mantida com base apenas nos estoques de armas estratégicas.

Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM)

A Suécia tem apoiado decididamente a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio, através de “uma política coerente para o desenvolvimento equitativo e sustentável no mundo”, nas palavras do próprio Governo sueco. Desde 2003, a Política para o Desenvolvimento Global vem constituindo a base para os programas assistenciais do país, os quais têm sido encaminhados de forma que suas vertentes comercial, agrícola e de segurança se enquadrem no conceito de desenvolvimento sustentável. Por iniciativa do Governo sueco durante seu período na presidência comunitária, ficou estabelecido que os países da UE deverão apresentar relatórios parciais, em 2010, a respeito das iniciativas por eles patrocinadas nessa matéria.

Uma das metas de grande relevância para a Suécia entre as MDM é a igualdade de gênero, pela qual tem trabalhado a Ministra da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, Gunilla Carlsson, o que lhe valeu ser agraciada em 2008 com uma distinção especial por seu empenho pela igualdade entre os sexos e autonomia da mulher. Em termos gerais, a Suécia é avaliada de maneira altamente positiva em sua ação em favor das MDM e foi classificada pela “Global Development Network” em primeiro lugar em termos de qualidade e quantidade de atividades voltadas ao desenvolvimento global, com relevo nas áreas de ajuda humanitária, comércio, meio ambiente e temas migratórios. A ONG espanhola “Development Assistance Research Associates” (DARA), dedicada ao aperfeiçoamento da qualidade da ajuda ao desenvolvimento, também considerou a Suécia como líder entre os doadores internacionais aos países em desenvolvimento.

VI. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia sueca tem por base um parque industrial tecnologicamente avançado e a ênfase no setor de serviços, com destaque para os setores de engenharia mecânica (máquinas, veículos, equipamentos e ferramentas) e de telecomunicações, bem como para as indústrias florestal (madeira e papel/celulose) e química. Destaca-se o dinamismo dos setores de informática e de tecnologia da informação, que rendem ao país posição de destaque na Europa. O setor agrícola, responsável pela quase-totalidade da economia sueca no passado, hoje representa apenas 1% do PIB e emprega menos de 2% da mão-de-obra.

A adoção, já na década de 80, de uma política econômica liberal privilegiou o setor exportador de manufaturados de alto valor agregado – em forte detrimento do setor primário, o que tornou o país dependente de importações para abastecer seu mercado interno, seja de alimentos, seja de matérias-primas. Parcela de cerca de 60% do total da produção industrial do país é dirigida a mercados externos, de acordo com a seguinte divisão: minerais e energia, 19%; indústria de equipamentos, 16%; eletrônica e telecomunicações, 13%; transporte, 13%; produtos químicos, 12%; produtos florestais, 11%, alimentos, 4%, e outros, 12%.

O PIB da Suécia cresceu ininterruptamente de 2000 a 2006. A partir de 2007, o país começou a enfrentar as consequências negativas do início da crise financeira internacional, com queda brusca do PIB e aumento da taxa de desemprego. Esse foi um dos principais motivos da derrota dos socialistas nas eleições de setembro/06. Outros entraves à economia sueca que poderiam ser apontados são: carga tributária alta (50% do PIB), envelhecimento da população e leis trabalhistas que desestimulam novas contratações.

Com uma economia baseada nas exportações, a Suécia experimentou forte recessão em 2009. Para minimizar os riscos de concordata entre as instituições bancárias locais, o Banco Central tomou medidas como o aumento dos empréstimos aos bancos, no valor de US\$ 7 bilhões; a criação do Programa de Garantia e do Fundo de Estabilização; o corte das taxas de juros; acordos de “swap” com os Bancos Centrais da Letônia e Estônia; e o fornecimento de empréstimos emergenciais a duas grandes instituições financeiras locais. A partir do segundo semestre de 2009, verificou-se o aumento dos empréstimos interbancários, inclusive sem garantia estatal. O funcionamento do setor, contudo, está distante de seu ritmo normal.

O mercado de trabalho na Suécia vem sofrendo duramente os efeitos da crise financeira internacional. Ao contrário das expectativas positivas em relação à recuperação da economia, as taxas de desemprego deverão continuar subindo até 2011. Em 2007, a taxa de desemprego foi de 5,2%; em 2008, atingiu 6,2%; e, em 2009, cerca de 8%. A taxa deverá atingir 9,5%, em 2010, e 10%, em 2011. Até o final de 2010, 250 mil empregos poderão desaparecer.

VII. ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826 - Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Império do Brasil e o Reino da Suécia.

1876 - D. Pedro II visita a Suécia.

1953 - Inauguração da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em São Paulo (SP).

1984 - Visita de Estado do Rei Carlos XVI Gustavo e Rainha Silvia ao Brasil.

1995 - Brasil e Suécia integram o Grupo dos 16 para promover a reforma da ONU.

1997 - I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília.

1998 - Brasil e Suécia integram a Coalizão da Nova Agenda para o Desarmamento (NAC).

1998 - Missão Real Tecnológica ("Royal Technology Mission") chefiada pelo Rei Carlos XVI Gustavo ao Brasil.

2002 - Presidente Fernando Henrique Cardoso participa de reunião sobre a Governança Progressista, em Estocolmo, a convite do PM Göran Persson.

2003 - PM Göran Persson comparece à cerimônia de posse do Sr. PR.

2006 - II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília; Inauguração do Escritório do Conselho de Exportações da Suécia em São Paulo, na presença da Princesa Herdeira Victória.

2007 - III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Estocolmo.

2007 - Visita de Estado à Suécia do Sr. PR.

2008 - Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento sueco, Per Westerberg; Visita ao Brasil da Rainha Silvia, para participar da III Conferência Internacional sobre o Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Rio de Janeiro).

2009 - Visita ao Brasil da Ministra do Comércio Exterior, Ewa Björling; O Sr. PR e o PM Fredrik Reinfeldt mantiveram reunião à margem da Cúpula do G5+G8, em L'Áquila; Visita do Sr. PR a Estocolmo, por ocasião da Cúpula Brasil-UE.

2010 - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt; Visita ao Brasil do Casal Real.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1905** – União entre a Suécia e a Noruega é dissolvida pacificamente.
- 1914** – Suécia permanece neutra na I Guerra.
- 1920** – Suécia torna-se membro da Liga das Nações.
- 1939** – Suécia declara-se neutra na II Guerra.
- 1946** – Suécia torna-se membro das Nações Unidas; O Social Democrata Tage Erlander torna-se Primeiro Ministro e permanece no cargo até 1969.
- 1952** – Suécia torna-se membro fundador do Conselho Nórdico.
- 1953** – Diplomata sueco Dag Hammarskjöld torna-se Secretário-Geral das Nações Unidas.
- 1959** – Suécia torna-se membro fundador da Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA).
- 1971** – Substituição das duas câmaras do parlamento por uma câmara eleita proporcionalmente.
- 1975** – Reformas constitucionais removem os últimos poderes do monarca.
- 1980** – Crise nas relações com a URSS, por suspeita de invasão de águas territoriais suecas
- 1986** – O Primeiro-Ministro Olof Palme é assassinado.
- 1990** – Suécia se candidata a membro da UE.
- 1995** – Suécia torna-se membro da UE
- 1996** – O social-democrata Göran Persson torna-se Primeiro-Ministro.
- 2002** – Göran Persson mantém-se pela terceira vez consecutiva no cargo de Primeiro-Ministro.
- 2003** – Referendum na Suécia rejeita a moeda única europeia.
- 2004** – A Chanceler Anna Lindh é assassinada em uma loja em Estocolmo.
- 2006** – A chanceler Freivalds renuncia em meio ao escândalo das caricaturas do profeta Maomé.
- 2006** – A aliança de centro-direita vence as eleições parlamentares.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor
Acordo sobre Registro de Marcas Industriais e Comerciais.	29/04/1955	01/07/1955
Acordo Relativo a Facilidades para a Concessão de Vistos em Passaportes	22/03/1956	01/05/1956
Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes	04/12/1959	01/01/1960
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	07/10/1969
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos	18/03/1969	07/10/1969
Convênio sobre Radioamadorismo.	08/12/1970	08/12/1970
Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo	22/09/1971	22/09/1971
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda.	25/04/1975	29/12/1975
Troca de Notas Determinando a Entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos.	17/12/1976	17/12/1976
Troca de Notas Colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre o Brasil e os Países Escandinavos, Assinada em 29 de agosto de 1975.	30/10/1979	30/10/1979
Acordo Relativo às Exportações de Produtos Têxteis do Brasil para a Suécia.	25/04/1983	25/04/1983
Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica.	03/04/1984	07/04/1986
Acordo, por Troca de Notas, sobre Exportação de Produtos Têxteis do Brasil para a Suécia.	14/01/1985	14/01/1985
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa.	07/07/2000	07/07/2000
Anexo Aditivo ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos às Defesa.	24/04/2001	24/04/2001
Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	06/10/2009	22/12/2009
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	06/10/2009	22/10/2009
Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Suécia	06/10/2009	06/10/2009

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	17.557	12.831	2.794
Exportações	166.819	133.330	36.852
Importações	169.262	120.499	34.058
B. Serviços (líquido)	19.124	15.112	3.599
Receita	72.442	61.249	15.250
Despesa	53.318	46.137	11.651
C. Renda (líquido)	17.213	7.260	3.344
Receita	72.427	46.644	13.376
Despesa	55.215	39.386	10.032
D. Transferências unilaterais (líquido)	-6.126	-4.971	-900
E. Transações correntes (A+B+C+D)	47.767	30.231	8.837
F. Conta de capitais (líquido)	-582	-454	-1
G. Conta financeira (líquido)	22.625	19.361	18.859
Investimentos diretos (líquido)	6.466	-20.242	-7.559
Portfólio (líquido)	26.634	39.623	23.072
Outros	42.793	-38.742	-34.372
H. Entos e Omissões	68.059	4.792	10.658
I. Saldo (E+F+G+H)	1.751	15.208	636

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD September 2010.

(1) Janeiro-março.

(1) Última posição disponível, em 10/09/2010

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽²⁾
Exportações (fob)	130.915	127.884	168.989	183.962	131.338	134.786	34.786
Importações (cif)	111.594	127.692	153.430	169.064	120.047	33.771	33.771
Balança comercial	19.321	20.192	15.559	14.918	11.291	1.015	1.015
Intercâmbio comercial	242.509	275.576	322.419	353.046	251.385	68.557	68.557

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD September 2010.

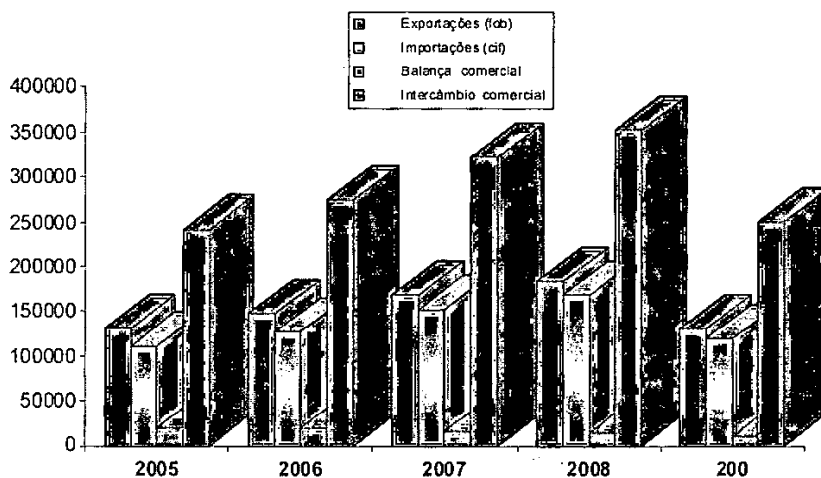
(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de apuração.

(2) Janeiro-março.

(3) Última posição disponível, em 10/09/2010

COMÉRCIO EXTERIOR DA SUÉCIA 2004 - 2009

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD September 2010.

DIREÇÃO DO COMERCIO EXTERIOR		2007	%	2008	%	2009	%	2010 (1)	%
(US\$ milhões - fob)		no total		no total		no total		no total	
EXPORTAÇÕES:									
Noruega	15.925	9,4%	17.463	9,5%	13.935	10,6%	3.328	9,6%	
Alemanha	17.615	10,4%	19.097	10,4%	13.391	10,2%	3.800	10,9%	
Reino Unido	12.091	7,2%	13.528	7,4%	9.783	7,4%	2.845	8,2%	
Dinamarca	12.419	7,3%	13.618	7,4%	9.641	7,3%	2.438	7,0%	
Finlândia	10.524	6,2%	11.641	6,3%	8.449	6,4%	2.355	6,8%	
Estados Unidos	12.803	7,6%	12.090	6,6%	8.356	6,4%	1.954	5,6%	
França	8.496	5,0%	9.053	4,9%	6.635	5,1%	1.974	5,7%	
Países Baixos	8.542	5,1%	9.402	5,1%	6.134	4,7%	1.675	4,8%	
Bélgica	7.757	4,6%	7.988	4,3%	4.817	3,7%	1.530	4,4%	
China	3.296	2,0%	3.964	2,2%	4.109	3,1%	978	2,8%	
Itália	5.347	3,2%	5.750	3,1%	4.022	3,1%	1.077	3,1%	
Polônia	4.142	2,5%	4.644	2,5%	3.329	2,5%	912	2,6%	
Espanha	4.847	2,9%	4.270	2,3%	3.160	2,4%	866	2,5%	
Rússia	3.375	2,0%	4.495	2,4%	1.845	1,4%	417	1,2%	
Austrália	1.936	1,1%	2.089	1,1%	1.693	1,3%	375	1,1%	
Índia	1.590	0,9%	1.933	1,1%	1.682	1,3%	359	1,0%	
Turquia	1.417	0,8%	1.923	1,0%	1.661	1,3%	406	1,2%	
Japão	2.063	1,2%	2.043	1,1%	1.640	1,2%	366	1,1%	
Suíça	1.528	0,9%	1.692	0,9%	1.294	1,0%	321	0,9%	
Arábia Saudita	1.157	0,7%	1.424	0,8%	1.246	0,9%	270	0,8%	
Austria	1.729	1,0%	1.863	1,0%	1.222	0,9%	362	1,0%	
Canadá	1.633	1,0%	1.727	0,9%	1.135	0,9%	295	0,8%	
África do Sul	1.085	0,6%	1.583	0,9%	1.046	0,8%	301	0,9%	
República da Coreia	1.032	0,6%	1.145	0,6%	914	0,7%	219	0,6%	
Brasil	1.176	0,7%	1.176	0,6%	877	0,7%	327	0,9%	
SUBTOTAL									
143.524		84,9%	155.569	84,6%	112.012	85,3%	29.749	85,5%	
DEMAIS PAÍSES									
25.465		15,1%	28.413	15,4%	19.326	14,7%	5.037	14,5%	
TOTAL GERAL									
168.989		100,0%	183.982	100,0%	131.338	100,0%	34.786	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD September 2010

Países listados em ordem decrescente tendo como base os valores representativos em 2009.

(1) Janeiro-março

(2) Última posição da posição em 10/09/2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2007		2008		2009		2010 (1)	
(US\$ milhões - cif)		no total	%	no total	%	no total	%	no total	%
IMPORTAÇÕES:									
Alemanha		28.031	18,3%	29.882	17,7%	21.476	17,9%	6.124	18,1%
Dinamarca		13.964	9,1%	15.816	9,4%	10.675	8,9%	3.108	9,2%
Noruega		12.625	8,2%	14.494	8,6%	10.448	8,7%	2.523	7,5%
Países Baixos		8.782	5,7%	9.446	5,6%	7.413	6,2%	2.125	6,3%
Reino Unido		11.262	7,3%	10.647	6,3%	6.684	5,6%	2.003	5,9%
Finlândia		9.573	6,2%	9.732	5,8%	6.177	5,1%	1.801	5,3%
França		7.530	4,9%	8.517	5,0%	6.070	5,1%	1.729	5,1%
China		6.471	4,2%	7.008	4,1%	5.756	4,8%	1.605	4,8%
Bélgica		6.292	4,1%	6.489	3,8%	4.604	3,8%	1.332	3,8%
Estados Unidos		4.768	3,1%	5.321	3,1%	4.470	3,7%	1.046	3,1%
Rússia		4.521	2,9%	7.284	4,3%	4.366	3,6%	1.628	4,8%
Itália		5.368	3,5%	5.795	3,4%	3.706	3,1%	1.031	3,1%
Polônia		4.414	2,9%	5.508	3,3%	3.651	3,0%	993	2,9%
Japão		3.024	2,0%	2.965	1,8%	2.146	1,8%	462	1,4%
Espanha		2.157	1,4%	2.266	1,3%	1.533	1,3%	449	1,3%
Irlanda		1.840	1,2%	1.748	1,0%	1.632	1,3%	421	1,2%
República Tcheca		1.818	1,2%	2.192	1,3%	1.525	1,3%	407	1,2%
Austria		1.654	1,1%	1.835	1,1%	1.362	1,1%	390	1,2%
Suíça		1.353	0,9%	1.391	0,8%	1.135	0,9%	293	0,9%
República da Coreia		1.224	0,8%	1.331	0,8%	1.042	0,9%	428	1,3%
Brasil		751	0,5%	886	0,5%	492	0,4%	105	0,3%
SUBTOTAL		137.421	89,6%	150.553	89,1%	106.265	88,5%	30.003	88,8%

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2009 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)			
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	19.770	15,1%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	17.709	13,5%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	10.168	7,8%	
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	10.142	7,7%	
Produtos farmacêuticos	8.268	6,3%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	8.060	6,1%	
Ferro fundido, ferro e aço	4.631	3,5%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	4.571	3,5%	
Plásticos e suas obras	4.468	3,4%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	3.960	3,0%	
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	2.657	2,0%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.445	1,9%	
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas	2.001	1,5%	
Peixes e crustáceos	1.874	1,4%	
Minérios, escórias e cinzas	1.638	1,2%	
Produtos químicos orgânicos	1.521	1,2%	
Alumínio e suas obras	1.298	1,0%	
Cobre e suas obras	1.253	1,0%	
Subtotal	106.434	81,2%	
Demais Produtos	24.682	18,8%	
Total Geral	131.116	100,0%	
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)			
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	15.708	13,1%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	14.970	12,5%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	13.893	11,6%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	9.942	8,3%	
Plásticos e suas obras	4.244	3,5%	
Produtos farmacêuticos	3.971	3,3%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	3.767	3,1%	
Ferro fundido, ferro e aço	3.076	2,6%	
Produtos químicos orgânicos	2.729	2,3%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.564	2,1%	
Peixes e crustáceos, moluscos	2.295	1,9%	
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	2.258	1,9%	
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	1.844	1,5%	
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.580	1,3%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.476	1,2%	
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.467	1,2%	
Produtos químicos inorgânicos	1.374	1,1%	
Borracha e suas obras	1.345	1,1%	
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1.316	1,1%	
Alumínio e suas obras	1.220	1,0%	
Cobre e suas obras	1.037	0,9%	
Subtotal	92.076	76,8%	
Demais Produtos	27.873	23,2%	
Total Geral	119.949	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível, em 10/09/2010

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÉCIA ⁽¹⁾	2005	2006	2007	2008	2009
(US\$ mil - fob)					
Exportações	547.608	496.977	634.423	624.541	312.844
Variação em relação ao ano anterior	8,7%	-9,2%	27,7%	-1,6%	-49,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Europeia	2,0%	1,6%	1,6%	1,3%	0,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,2%
Importações	913.081	950.694	1.349.378	1.662.034	1.106.179
Variação em relação ao ano anterior	11,4%	4,1%	41,9%	23,2%	-33,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Europeia	5,0%	4,7%	5,0%	4,6%	3,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,2%	1,0%	1,1%	1,0%	0,9%
Intercâmbio Comercial	1.460.689	1.447.671	1.983.801	2.286.575	1.419.023
Variação em relação ao ano anterior	10,4%	-0,9%	37,0%	15,3%	-37,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a União Europeia	3,2%	2,8%	3,0%	2,8%	2,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,8%	0,6%	0,7%	0,6%	0,5%
Balança Comercial	-365.483	-453.717	-714.955	-1.037.493	-793.335

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

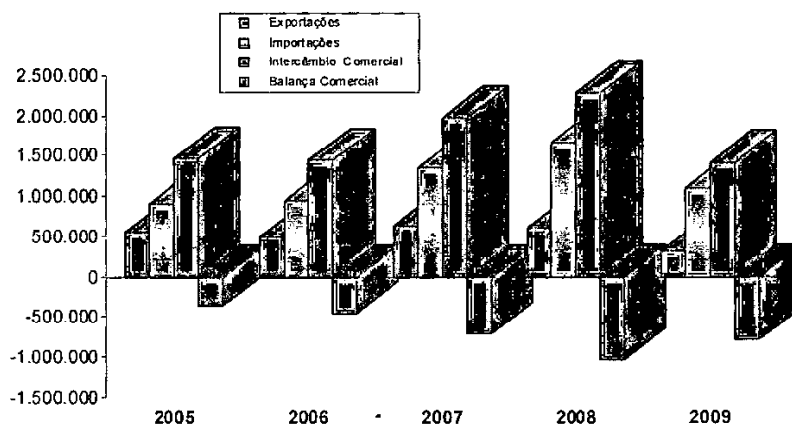
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações espanholas e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÉCIA	2009	2010
(US\$ mil, fob)	(jan-jun)	(jan-jun)
Exportações	164.609	172.052
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-59,8%	4,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Europeia	0,9%	0,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,2%
Importações	622.423	973.437
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-34,6%	56,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Europeia	4,0%	4,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,9%	1,0%
Intercâmbio Comercial	787.032	1.145.489
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-42,2%	45,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-União Europeia	0,2%	2,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5%	0,6%
Balança Comercial	-457.814	-801.385

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SUÉCIA 2005 - 2009

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÉCIA		2009	%	2010	%
(US\$ mil - fob)		(jan-jun)	no total	(jan-jun)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Café, chá, mate e especiarias	48.476	29,4%	57.631	33,5%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	24.898	15,1%	24.872	14,5%	
Máquinas, aparelhos e material elétricos	19.522	11,9%	17.803	10,3%	
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios	6.516	4,0%	13.547	7,9%	
Carnes e miudezas comestíveis	3.943	2,4%	8.766	5,1%	
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	4.747	2,9%	5.816	3,4%	
Plásticos e suas obras	3.115	1,9%	5.188	3,0%	
Ferro fundido, ferro e aço	4.278	2,6%	5.046	2,9%	
Instrumentos e aparelhos de ótica	3.996	2,4%	4.384	2,5%	
Subtotal	119.491	72,6%	143.053	83,1%	
Demais Produtos	45.118	27,4%	28.999	16,9%	
TOTAL GERAL	164.609	100,0%	172.052	100,0%	
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	269.073	143,2%	306.372	131,5%	
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios	53.466	8,6%	158.850	16,3%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia, etc.	25.935	14,2%	102.690	10,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	39.025	6,3%	75.296	7,7%	
Máquinas, aparelhos e material elétricos	62.680	10,1%	71.867	7,4%	
Produtos farmacêuticos	43.758	7,0%	65.877	6,8%	
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	19.451	3,1%	30.261	3,1%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	21.180	3,4%	27.236	2,8%	
Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc.	9.605	1,6%	22.986	2,4%	
Plásticos e suas obras	17.505	2,8%	21.593	2,2%	
Subtotal	561.878	90,3%	882.828	90,7%	
Demais Produtos	60.545	9,7%	90.609	9,3%	
TOTAL GERAL	622.423	100,0%	973.437	100,0%	

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jun/2010

Aviso nº 760 - C. Civil.

Em 27 de outubro de 2010.

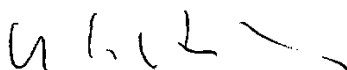
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Atenciosamente,



CARLOS E. ESTEVES LIMA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, interino

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 30/10/2010.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:15023/2010